

Implantação do Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana, BA: características, mudanças e interações espaciais

Implementation of the North Industrial Center (CIN) in Feira de Santana, BA (Brazil): characteristics, changes, and spatial interactions

Implementación del Centro Industrial Norte (CIN) en Feira de Santana, BA (Brasil): características, cambios y interacciones espaciales

Janio Santos

<https://orcid.org/0000-0003-0730-1271>

janiosantos@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Feira e Santana, UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil

Jacqueline de Jesus Bastos

<https://orcid.org/0000-0002-2855-7279>

jack_fsabastos@hotmail.com

Universidade Estadual de Feira e Santana, UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil

Resumo: Este artigo analisa as mudanças na atividade industrial em Feira de Santana, em especial relativas à implantação do Centro Industrial Norte (CIN), suas características e consequências socioeconômicas. O Centro Industrial Subaé (CIS), primeiro da cidade, foi instalado na década de 1970 e ao decorrer dos anos percebem-se interesses em expandir essa dinâmica para outras áreas, como o Setor Norte, que não era objeto de intervenções até então. A chegada das indústrias ocorreu de modo paulatino a partir de 2010 no CIN e a escolha da área se deu pela localização, incentivos e alterações na lei de uso do solo urbano. As indústrias mantêm interações espaciais com outras áreas e tal dinâmica atrai novas fábricas, isso dentro do contexto de acumulação flexível.

Palavras-chave: Indústria, lei de uso do solo urbano, Interações espaciais.

Abstract: This paper analyzes the changes in industrial activity in Feira de Santana, especially regarding the implantation of the Centro Industrial Norte (CIN), its characteristics, and socioeconomic consequences. The Centro Industrial Subaé (CIS), the first in the city, was installed in the 1970s. However, over the years, there were interests to expand this dynamic to other areas, such as the Northern Sector, which was not the object of interventions, until then. The installation of the plants took place gradually, starting in 2010 at the CIN, and the choice of the area was due to the location, incentives, and changes in the urban land use law. Industries maintain spatial

interactions with other areas and this dynamic attracts new factories, in the context of flexible accumulation.

Keywords: Plants, urban land use law, Spatial interactions.

Resumen: Este artículo analiza los cambios en la actividad industrial en Feira de Santana, especialmente en lo que respecta a la implantación del Centro Industrial Norte (CIN), sus características y consecuencias socioeconómicas. El Centro Industrial Subaé (CIS), el primero de la ciudad, se instaló en la década de 1970. Sin embargo, a lo largo de los años, hubo intereses de expandir esta dinámica a otras áreas, como el Sector Norte, que hasta entonces no era objeto de intervenciones. La instalación de las industrias se realizó de manera paulatina, a partir de 2010 en el CIN, y la elección de la zona se debió a la ubicación, incentivos y cambios en la ley de ordenamiento territorial urbano. Las industrias mantienen interacciones espaciales con otras áreas y esta dinámica atrae nuevas fábricas, en el contexto de acumulación flexible.

Palabras clave: Industria, ley de ordenamiento territorial urbano, Interacciones espaciales.

INTRODUÇÃO

Ao tratar de industrialização, o tema liga-se diretamente à indústria. Porém, é importante entender que nem toda cidade que possui indústrias passa e/ou passou por um processo de mudanças mais amplas. A industrialização trata do crescimento da atividade industrial, com o desenvolvimento de forças produtivas que articulam setores diferentes e possui relações com lógicas voltadas à produção de máquinas, ampliação da tecnologia, consumo, etc., o que provoca transformações em um dado território.

Feira de Santana é o maior município, em população, do interior da Bahia e localiza-se no Território de Identidade Portal do Sertão, que contém mais 16 outros municípios menores. Em 2019, a população era estimada em 619.609 mil habitantes, com uma área territorial de 1.304,425 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020). Possui um histórico vinculado à pecuária e ao terciário, e foi tida como uma importante cidade comercial, vinculada à venda de gado e às feiras livres.

A industrialização começou a se fortalecer na década de 1970, quando foi implantado o Centro Industrial do Subaé (CIS). Todavia, no decorrer dos anos, percebe-se interesses em expandir essa dinâmica para outras áreas de Feira de Santana, tais como o Setor Norte, local que não tinha sido objeto de intervenções, até então. Por isso, é importante compreender a implantação Centro Industrial Norte (CIN) e avaliar suas características atuais, bem como as consequências socioeconômicas da ampliação da atividade na área.

INDÚSTRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA BAHIA

Sposito (1999, p.42) traz o conceito de indústria na perspectiva de que ela “[...] traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza”. Sendo assim, não está voltado apenas para manuseio de máquinas. A mesma autora (p. 43) fala

da industrialização como algo mais profundo, ao afirmar que “[...] é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas”.

Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), a indústria é um conjunto de empresas/atividades que possuem alguma relação entre si, voltadas para produção de mercadorias que são fornecidas para o mercado. Suas atividades concentram-se em pontos estratégicos do espaço e contêm certo poder sobre a dinâmica econômica de um local. Para Carlos:

A localização industrial entendida como o lugar ocupado pela indústria no espaço significa um entendimento mais amplo do que a simples pontuação ou endereço das indústrias no mapa. A localização da indústria insere-se no processo da industrialização que determina, historicamente, o lugar a ser ocupado por cada indústria. Do ponto de vista espacial, esse lugar resulta da divisão espacial e internacional do trabalho num dado momento histórico. (Carlos, 2000, p. 20)

Apesar da indústria localizar-se em pontos específicos e estratégicos, elas não estão soltas no espaço, pois possuem o poder de articular e integrar todo o mercado internacional, além da divisão social e espacial do trabalho. As indústrias estão interligadas e ultrapassam os limites do “espaço próximo”. Aliás, com o grande aparato tecnológico, houve inter-relação com lugares mais amplos, nos quais os limites seriam apenas aqueles do globo terrestre (Carlos, 2000).

Para que houvesse o início de processo de industrialização, foi necessária a acumulação de capital, meios de produção e uma grande quantidade de trabalhadores, o que gerou a acumulação primitiva, que se trata da acumulação de riquezas nas mãos de poucas nações. Esse processo fortaleceu o que havia surgido anteriormente, duas classes sociais antagônicas, mas criadas pelo mesmo sistema: burguesia e proletariado. A burguesia se trata dos donos dos meios de produção, sejam eles industriais, fundiários e/ou comerciais; e o proletariado “os homens” que vendem sua força de trabalho.

A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, por ser um país que possuía capital suficiente para a instalação de indústrias. Também, um “solo rico”, com concentração de carvão mineral, que, naquele período, era a principal fonte de energia, bem como mão de obra barata, que era muito importante para o desenvolvimento industrial. Com isso, a Inglaterra se tornou uma grande potência econômica internacional, na época. Desde o século XVIII, as máquinas funcionavam pela força hidráulica, até ser criada por Newcomen uma que funcionava com energia a vapor e que foi aperfeiçoada por James Watt. Isso fez com que a produção e produtividade aumentassem, visto que o esforço humano tinha diminuído relativamente e perdeu parte do seu lugar para essa nova tecnologia. Assim, ocorreu a explosão desse fenômeno, nomeado como Revolução Tecnológica. (Mendes, 2006).

Entre o final do século XIX e início do século XX, surgiram às estradas de ferro, as quais facilitaram o transporte de matéria-prima e/ou materiais produzidos nas indústrias, e assim os sistemas de transporte ferroviário, de comunicação e a eletricidade se expandiram (Hobsbawm, 1998). Por outro lado, as máquinas passaram a ser também geradas

por meio de energia elétrica, e não apenas a vapor. Com o avanço da mecanização dos sistemas a produtividade aumentava cada vez mais, em menos tempo.

O Brasil não passou pelo processo amplo de industrialização no século XIX. Porém, desde esse período o país tinha uma política industrial, que, segundo Lessa (2007, p.1), tratava-se de planos distintos.

Política industrial o Brasil teve desde o século XIX, quando criamos a proteção aduaneira que nos permitiu produzir tecidos e confecções, alimentos industrializados, remédios e alguns equipamentos extremamente simples. Rui Barbosa tentou, com o Encilhamento da República Velha, dar o salto de industrialização. Foi um fracasso que permitiu a cafeicultores falar durante décadas do Brasil como nação vocacionada para a agricultura.

A política industrial se baseava em forças governamentais que induziram o país a instalar indústrias em determinados locais. Assim, ampliaram-se os agentes necessários para uma inicial “Revolução Industrial Brasileira”, como qualificação de mão de obra, investimento financeiro e certo avanço na tecnologia, mas que, de acordo com Lessa (2007), fracassou na “inclusão social”. Por outro lado, chocou-se com os interesses da oligarquia agrária.

Para Versiani e Suzigan (1990, p.15), o Brasil oficialmente não chegou a implantar de fato uma política industrial, mas houve experiências de planejamento para o desenvolvimento industrial que se aproximam desse conceito, “[...] envolvendo a definição de uma estratégia geral, a fixação de metas para indústrias específicas (*industrial targeting*) e o arranjo de instrumentos e instituições em consonância com essa estratégia e com as metas estabelecidas” (grifo nosso).

Segundo Suzigan (2000), a atividade industrial no Brasil passou por três grandes fases que impulsionavam diretamente o seu desenvolvimento econômico, pois possuíam características distintas, mas que se interligavam. De acordo com cada uma dessas fases, ora a produção industrial tinha crescimento significativo, ora a produção agropecuária comandava o crescimento do PIB.

A primeira fase interdependia da agricultura de exportação que impulsionou diretamente o crescimento industrial e criou novos mercados. Nesse momento, a política econômica era dominada pelos interesses da agricultura e possuía hegemonia na época. Houve mudanças na origem do desenvolvimento industrial na segunda fase, pois não dependia mais das importações agropecuárias e adquiriu dinamismo próprio. Essa independência se deu, inicialmente, pela substituição de importações, posteriormente pela expansão do mercado interno e pelas exportações de produtos manufaturados. Na terceira fase houve o enfraquecimento do desempenho da produção industrial causado pelo fim da substituição de importações e pela crise macroeconômica. Assim:

O padrão de desenvolvimento industrial regrediu, e a política econômica centrou-se na estabilização macroeconômica e em mudanças institucionais lato sensu (liberalização comercial, abertura da economia ao capital estrangeiro, privatizações),

abandonando-se qualquer orientação política de longo prazo, especialmente quanto ao desenvolvimento industrial. (Suzigan, 2000, p.10)

Com a Crise de 1930, houve alterações na urbanização e na industrialização, um fenômeno que mudou a estrutura socioeconômica do país. No contexto do governo de Getúlio Vargas, para alavancar a industrialização e compensar a crise dos cafeicultores, o Estado interveio na economia, bem como regulamentou as relações entre compradores e vendedores das forças de trabalho e assim criou uma legislação que assegurasse certos direitos aos trabalhadores. Para Lessa (2007), isso foi marcado como modelo alternativo para a exportação do café, que entrou em crise.

O Brasil adquiriu novos recursos para aprimorar o processo de industrialização, sobretudo capital internacional, mas esse desenvolvimento não foi igual em todas as regiões, visto que deu maior atenção às áreas mais “visibilizadas”, no caso, o Sudeste. A industrialização causou crescimento demográfico e econômico das cidades e redefiniu a urbanização em áreas onde as indústrias foram instaladas (Cara & França, 2009).

Para o Nordeste, posteriormente, o Governo Federal, com o intuito de diminuir as desigualdades existentes entre as regiões, criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que “[...] tinha por função unificar e reestruturar a ação do governo federal garantindo unidade de direção para a promoção do desenvolvimento, atuando com uma industrialização mediante protecionismo” (Freitas, 1998, p. 83). O discurso era que a instalação de indústrias geraria novas oportunidades, tanto na criação de renda, como de postos de trabalho.

Na Bahia, esse processo foi iniciado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), ainda na década de 1950, e se fortaleceu nas décadas seguintes. Com base em políticas estatais de concessão de incentivos fiscais, vários distritos industriais foram implantados fora da RMS a partir da década de 1970 (Santos, 2013).

As primeiras noções dos Distritos Industriais (DI) surgiram no século XIX na Inglaterra e, para Hissa (2003 *apud* Oliveira, 2006, p. 2), eram “concentrações de pequenas e médias empresas (PMEs) ao redor dos grandes centros industriais”. Compreendia-se que as indústrias de menores portes seriam beneficiadas pela economia de aglomeração e aumentariam a produtividade, por possuírem acesso à infraestrutura e mão-de-obra.

Segundo Oliveira (1976), o Brasil possui muitos termos para caracterizar tais espaços, quais sejam: área industrial, zona industrial, parque industrial, núcleo industrial, distrito industrial, centro industrial, complexo industrial e cidade industrial. Para a autora, todos eles poderiam ser um substituído pelo outro, face às características semelhantes. O DI é retratado como “[...] uma área industrial onde o planejador promove a implantação de uma infra-estrutura necessária a indução de um processo de desenvolvimento industrial. Portanto, além de oferecer lotes de boa qualidade, deve oferecer uma série de facilidades e serviços a seus ocupantes” (Oliveira, 1976, p. 24).

De modo geral, os DIs consistem em espaços voltados para implantação de indústrias, criados com estratégias e infraestrutura para dinamizar a economia. Também possibilitam a reabilitação de regiões que estejam estagnadas ou até mesmo promovem a igualdade

especial do território, isso para Oliveira (2006), ideia que contrasta com as contradições que são evidenciadas pela industrialização no Brasil.

Os fatores que influenciam a formação dos DIs podem ser explicados de diversas formas, como distanciamento dos centros urbanos; facilidade no escoamento de mercadorias; e preços de terrenos mais acessíveis, comparados aos das indústrias instaladas no centro das grandes metrópoles. (Takami & Mendse, 2011).

A localização dos distritos no Brasil não foi diferente de outros países, sobretudo pobres, e buscava a maximização do lucro com a implantação de indústrias em locais que tivessem disponibilidade de matéria-prima e condições necessárias para produção em grande escala: energia, facilidade de escoamento, mão-de-obra, água, dentre outros. Eles foram implantados, inicialmente, em poucas cidades, com maior concentração na Região Sudeste, o que espalhou os efeitos da urbanização para fora das capitais em estados, como São Paulo e Rio de Janeiro (Oliveira, 1976).

Para Ferreira (2003), o DI surgiu no Brasil em 1970 devido às políticas dos governos federal e estaduais para implantação de fábricas em locais estratégicos. Segundo o autor, o projeto teve como objetivo potencializar a economia:

[...] com a finalidade de promover e atrair oportunidades de investimento com base nas vocações, potencialidades e peculiaridades estimulando a implantação de empresas de manufatura nas áreas dos Distritos Industriais, dentro de um processo ordenado e planejado, em perfeito equilíbrio com o ecossistema, gerando emprego e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. (Ferreira, 2003, p. 2)

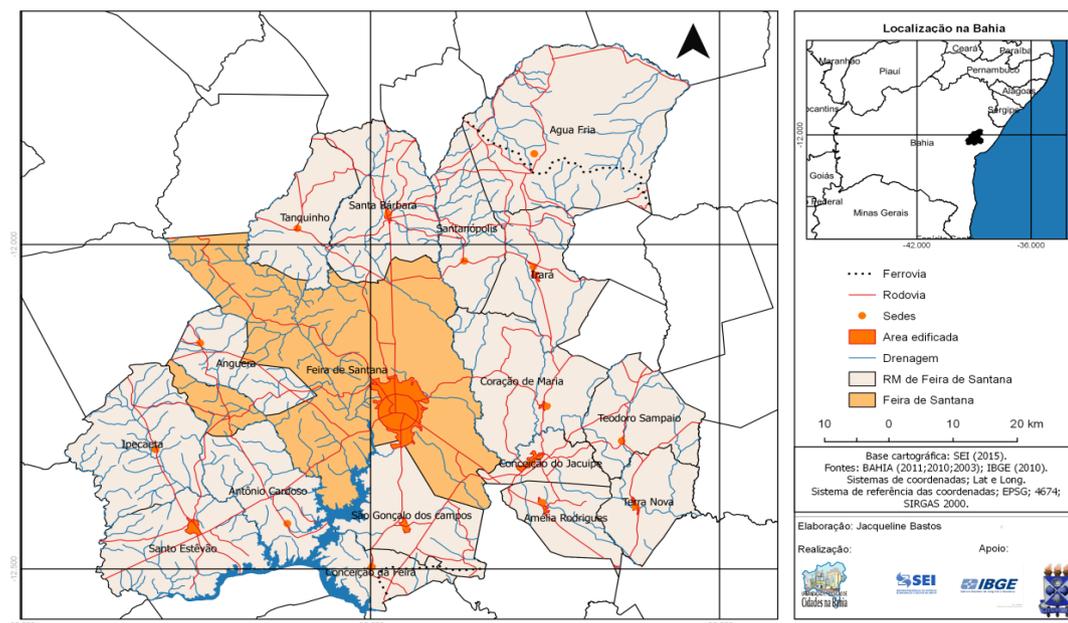
Todavia, essa informação é questionável. Por exemplo, a partir da década de 1960 a Bahia começou a engendrar projetos para alavancar a atividade industrial, porque acreditava-se que investir nesse ramo seria relevante para o desenvolvimento econômico do estado. Tais propostas baseavam-se na estratégia de implantar áreas industriais em cidades importantes, sobretudo não metropolitanas. Além do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Polo Petroquímico de Camaçari, após a década de 1970 novos distritos industriais foram instalados em cidades de porte médio, como Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista, com destaque para o CIS, em Feira de Santana. (Oliveira, 1976).

INDUSTRIALIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: PROCESSO E SITUAÇÃO ATUAL

Feira de Santana está situada, aproximadamente, a 106 km da capital, Salvador, (Fig. 1) e contém 50 bairros e oito distritos: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha, Tiquaruçu. Era considerada vila, chamada de Sant'Ana dos Olhos d'Água, até ser "[...] elevada à categoria de cidade em 1873, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana e, em 1938, passa a chamar-se somente Feira de Santana sede do município". (Santos, 1999, p.36).

Figura 1: Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão, Bahia, 2018.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA NO PORTAL DO SERTÃO. BAHIA, 2018.



Antes mesmo de tornar-se cidade, Feira de Santana era conhecida pela sua importância econômica em função das feiras regulares de gados, cultivo de fumo, além das feiras livres. Todavia, passou a ter mais contato com outras regiões face à criação de uma ferrovia para o transporte de mercadorias e pessoas, que ligava o Recôncavo a Salvador, a qual facilitou “[...] o intercâmbio populacional entre o litoral e sertão”. (Santos, 1999, p.36). Com a criação das BR-116 e da BR-101, a partir da década de 1950, tornou-se um entroncamento regional, o que intensificou o fluxo de pessoas na cidade e fortaleceu o setor terciário (Santos, 1999).

A consolidação da indústria ocorreu posteriormente, em decorrência da necessidade de expansão da circulação das mercadorias que eram cultivadas em Feira de Santana. Inicialmente, eram voltadas para materiais de construção e de beneficiamento de matérias-primas, como o fumo e a mandioca.

Em 1960, de acordo com Censo Industrial, existiam 293 estabelecimentos, com 1.738 operários em Feira de Santana. Em 1965, esse número quase dobrou e aumentou para 531 estabelecimentos, com 2.704 pessoas a trabalhar no setor. Começou, então, de modo parcial, a transição da economia agropecuária para a terciário-industrial. Nesse último ano, o produto que mais contribuía para o setor secundário era o fumo (31,9%), depois se destacavam os produtos alimentares (30,7%) (IBGE, 1969).

Como dito, a industrialização se fortaleceu em 1970, quando foi implantado CIS, localizado no sul da cidade de Feira de Santana, no bairro Tomba. As indústrias implantadas eram de diversos ramos: “[...] metalurgia, alimentício, bebidas, madeira, minerais não metálicos, químico, borracha, etc. [...]” (Freitas, 1998, p.88). Sobre a geração de empregos e o volume da produção, as empresas eram consideradas de médio porte. No decorrer

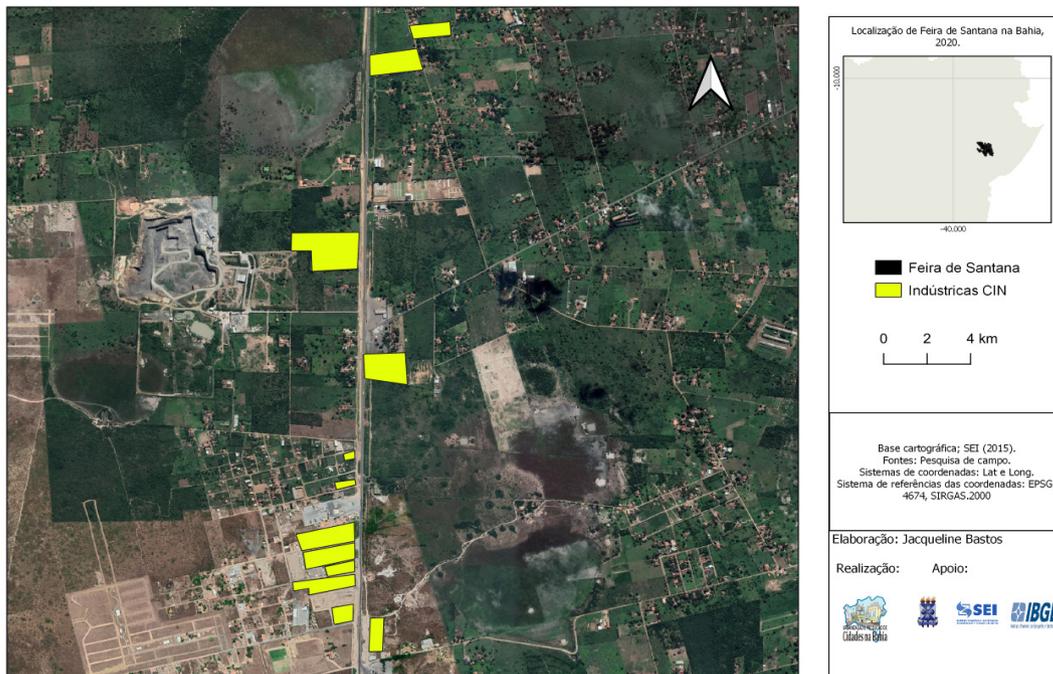
dos anos o CIS ganhou maior potência em relação as indústrias, tendo implantações de empresas multinacionais.

Para Santos (1999), a produção industrial desenvolvida no CIS não estava vinculada à realidade dos moradores locais e regionais, pois as mercadorias fabricadas eram destinadas ao mercado nacional e até mesmo internacional, além de se utilizar poucos recursos locais para a produção.

Já o CIN teve a implantação das suas primeiras indústrias no início da década de 2010, com construções de galpões com pouca infraestrutura. Hoje, possui cerca de oito fábricas em funcionamento mais efetivo, sendo as que possuem maiores destaques: B.N Mascarenhas, Incomprel, Avanço Distribuidora e Globalpark, além de construções aceleradas de galpões para instalação de novas fábricas ao longo da BR-116 norte, entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Distrito de Maria Quitéria, então área rural (Fig. 2).

Figura 2: Indústrias e galpões construídos no CIN, Feira de Santana Bahia, 2020.

Mapa 4: Indústrias e galpões instalados no Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana, 2020.



A escolha pela implantação do CIN na BR-116 norte se deu pelas características ambientais e estratégicas locais, pois é uma área plana, com grande extensão territorial, não tendo que separar o distrito em lotes distintos, facilidade de escoamento das produções, além da vantagem ambiental que foi descoberta por meio de estudos posteriores: no local, as possíveis emissões de poluentes gerados poderiam ser sopradas para fora da área urbana mais consolidada de Feira de Santana (Centro..., 2012)

Para investir na criação do CIN foram liberados recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Prefeitura Municipal de Feira de Santana e a administração do CIS sugeriram fazer parceria com o setor privado, com o intuito de

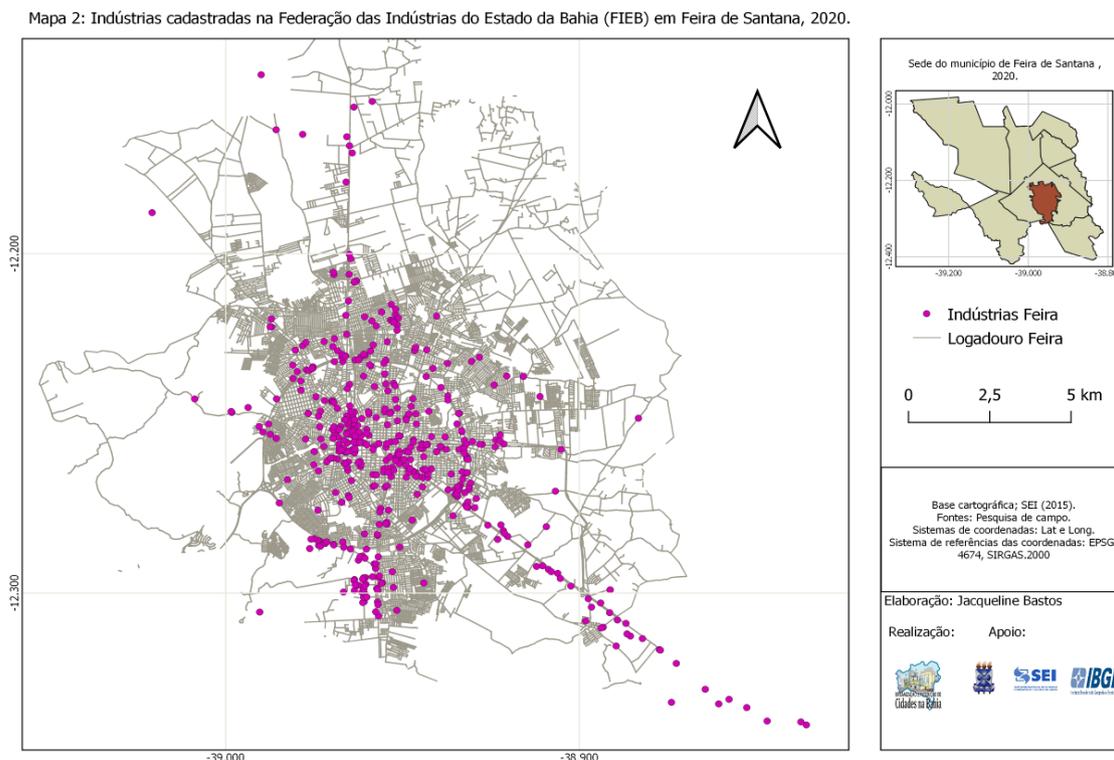
desapropriar áreas estratégicas e assim adquirir espaços para construção das fábricas e galpões (Augusto, 2013).

Em 2013, foi promulgada a Lei Complementar 75/2013, que criou novos bairros na cidade de Feira de Santana, um deles abrangia partes do bairro Novo Horizonte e do Distrito de Maria Quitéria. O documento não deixa explícito o motivo dessa criação junção às comunidades existentes, mas foi exatamente nesse local que, em 2011, a administração do CIS e a Prefeitura de Feira de Santana anunciaram a criação de um novo centro industrial, contendo o mesmo nome: CIS Norte (Augusto, 2011).

Em 2014, foi publicada a Lei Complementar 86/2014 que reordenou o uso e a ocupação do solo da cidade. Na Seção II, art. 15, zona 10, fala sobre a utilização da área do CIS Norte como predominância industrial e delimita um espaço de aproximadamente 13,87km² como industrial, o que firma mais ainda os motivos para criação do CIN em Feira de Santana.

Em 2020, Feira de Santana possuía 767 indústrias cadastradas na Federação das indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Dentre essas, estão atividades ligadas à diversos ramos, tais como alimentício, vestimenta, metalúrgico, construção, instalação e manutenção e outros (Fig. 3).

Figura 3: Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2020.



Diferente do imaginário coletivo, nota-se que as indústrias estão espacializadas por toda cidade, com dispersão dentro do Anel de Contorno e no entorno da parte central da área urbana. Todavia, a concentração também ocorre na parte sul, local em que está

instalado o CIS, sentido distrito de Humildes e São Gonçalo, e na BR-324, sentido Conceição do Jacuípe. Nos últimos anos, todavia, são numerosas as indústrias instaladas no setor norte, onde está o CIN.

CIN: DINÂMICA E INTERAÇÕES ESPACIAIS EM FEIRA DE SANTANA

No CIN há indústrias voltadas para diversos setores, como a Avanço Distribuidora, dos ramos alimentício, perfumaria, material de limpeza e bebidas, que são fornecidos para farmácias, *delicatessen* e supermercados da Bahia; Incomprel, voltada ao mercado da construção civil, fabrica produtos pré-moldados para fornecer serviços a toda a Bahia, e a BN Mascarenhas (Fig. 4), voltada ao ramo alimentício e que produz doces e variedades, e fornece seus produtos para diversos municípios de todo o Brasil¹.

Figura 4: Vista da empresa BN Mascarenhas no CIS Norte, Feira de Santana, 2020.



Fonte: Acervo pessoal de J. Bastos.

De acordo com os dados da FIEB (2000), a atividade predominante no CIN é o de construção e alimentício. Das indústrias investigadas, a Incomprel é a mais antiga (Fig. 5), fundada em 1985 em Feira de Santana, composta apenas pela matriz. A Avanço foi fundada em 1990 em Feira de Santana, instalada na BR-116 norte em 2013. A mudança se deu pelo grande fluxo de caminhões que a mesma possui, sendo necessária a instalação fora do Anel de Contorno para facilitar o escoamento das mercadorias. Já a BN Mascarenhas foi instalada em 2015, na BR-116 norte, também sem filiais. Segundo a administração da indústria, a escolha por Feira de Santana se deu pelo dono ser da cidade, a localidade ser um grande centro comercial e estar situada no principal entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste brasileiro.

1 Todas as informações das empresas trazidas nesta seção foram coletadas em pesquisa de campo, em 2019 e 2020, por meio de entrevistas aplicadas por Jacqueline Bastos.

Figura 5: Vista da empresa Incomprel no CIN em Feira de Santana, 2020.



Fonte: Acervo pessoal de J. Bastos

No que se diz respeito ao tamanho e à infraestrutura, são medianas, em comparação às indústrias instaladas no CIS, que são empresas maiores, nacionais e internacionais. A Avanço Distribuidora (Fig. 6) possui 250 funcionários, sendo 180 internos e o restante externos, e todos são moradores de Feira de Santana. Suas matérias-primas vêm de alguns estados do Sul e Nordeste e vão para municípios da Bahia. A Incomprel, dentre as outras, é a menor, abarca menor distribuição e contém 150 funcionários. A BN Mascarenhas possui cerca de 165 funcionários, sendo todos moradores de Feira de Santana, cujas matérias-primas são advindas de diversos estados do Brasil.

Figura 6: Vista da empresa Avanço Distribuidora no CIN, Feira de Santana, 2020.



Fonte: Acervo pessoal de J. Bastos

Em relação às interações espaciais das indústrias estudadas, há grande fluxo de matérias-primas advindas de locais externos. Já em relação à distribuição, prevalentemente, está direcionada ao território estadual, mas não apenas (Figs. 7 e 8). Ao analisar a origem e destino dos produtos que a Avanço produz no CIN, contidas nos mapas, percebe-se que

eles vêm de municípios dos estados do Sul e Nordeste do Brasil. Todavia, após o fabrico, se direcionam para municípios da Bahia, com poucas ligações externas a esse estado nas vendas dos produtos.

Figura 7: Origens dos produtos das indústrias do CIN, Feira de Santana/BA, 2020

Mapa 4: Fluxo de origem dos produtos das indústrias do CIS Norte, Feira de Santana/BA, 2020.

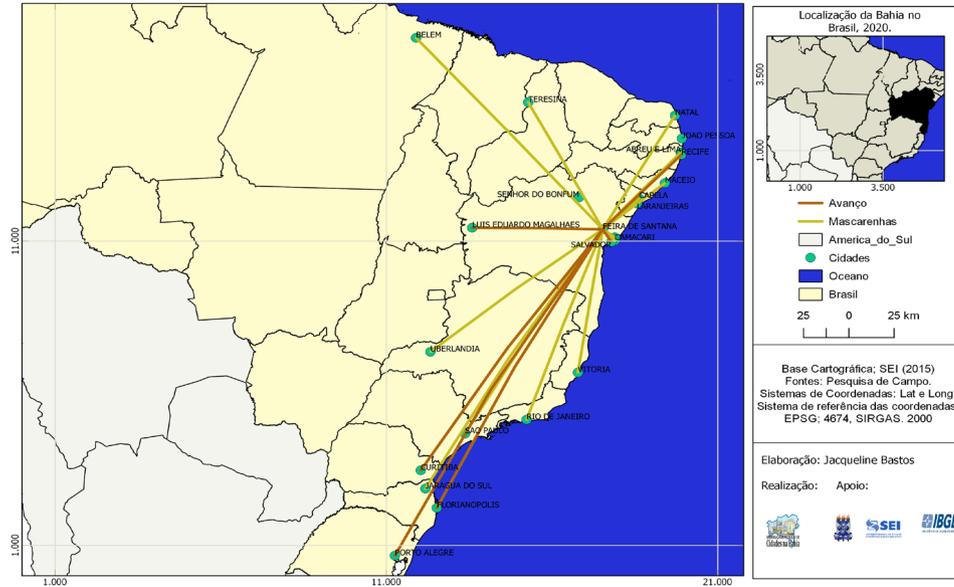


Figura 8: Destinos dos produtos das indústrias do CIN, Feira de Santana/BA, 2020.

Mapa 4: Fluxo de destino dos produtos das indústrias do CIS Norte, Feira de Santana/BA, 2020.

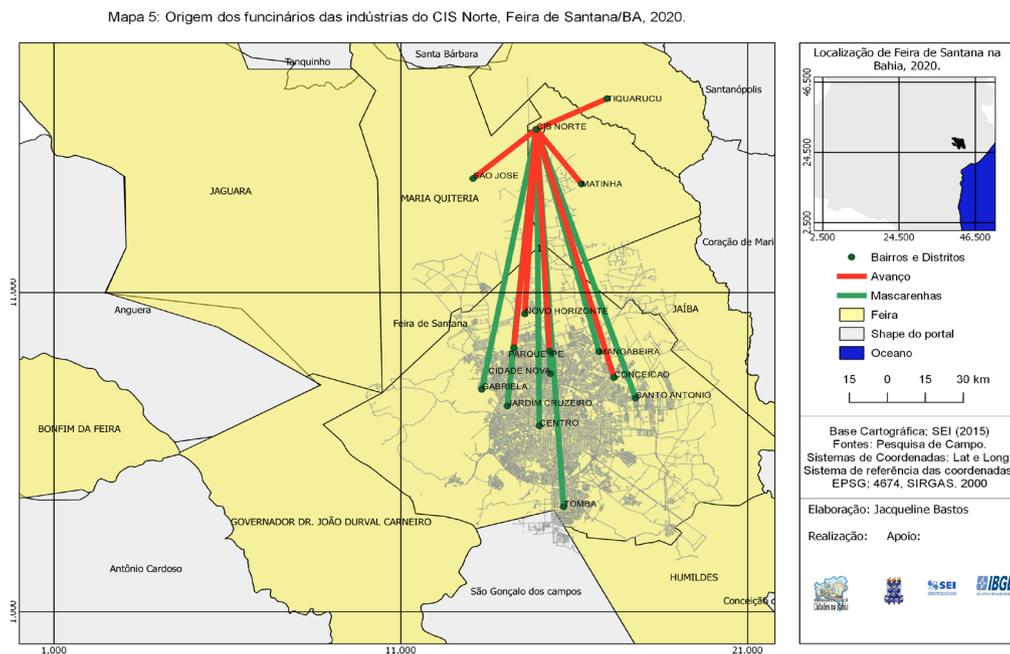


No que diz respeito a BN Mascarenhas, se trata de uma indústria com mercado nacional e que tem suas vendas distribuídas em quase todas as regiões do Brasil. A

matéria-prima utilizada vem de vários estados, com destaque para o Nordeste e Sudeste. Sobre o destino dos produtos, não se restringe apenas à Bahia e é direcionado à diversos municípios dos estados do Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil.

Em relação à origem dos funcionários, elas buscam empregar trabalhadores locais e quase todos são de Feira de Santana. A Avanço Distribuidora emprega operários que residem próximo da fábrica, pois possui transporte para buscá-los. Esses trabalhadores moram em bairros e distritos vizinhos, como Novo Horizonte, São José, Matinha, Campo Limpo, dentre outros. A BN Mascarenhas contrata funcionários que abarcam outras áreas da cidade, em bairros como Tomba, Mangabeira, Asa Branca, Centro, Gabriela, etc. (Fig. 9).

Figura 9: Origem dos funcionários das indústrias do CIS Norte, Feira de Santana/BA, 2020.



A Incompres não forneceu dados com os detalhes necessários para elaboração e análise dos mapas de origem dos funcionários, origem e destino dos produtos.

Com base nas informações sobre Feira de Santana, nota-se que as transformações pelas quais passaram o mundo trouxeram novas contribuições à discussão sobre as redes geográficas. As possibilidades de articulação entre os espaços em diferentes escalas, em função das inovações tecnológicas, principalmente, nas esferas da comunicação e circulação, modificaram o planeta e implementaram o chamado meio técnico-científico informacional. Por isso, para Santos (1997, p.128), “As cidades são definidas como pontos nodais, onde os círculos de valor desigual se encontram e superpõem. A rede urbana se torna, assim, um fenômeno ainda mais complexo, definido por fluxos de informações hierarquizados e de matéria”.

Segundo Sposito (1999), o desafio passa ser a capacidade de compreender as relações atuais entre cidades de diferentes papéis na rede urbana, por duas questões: primeiro, face à ampliação dos nexos de determinações entre escalas, que transitam do local ao global,

o que torna cada vez mais relevante o conhecimento dessas múltiplas determinações que decorrem em transformações no tempo e no espaço, independente da escala a ser tomada; segundo, pela expressiva quantidade de fábulas elaboradas acerca dessas duas dimensões do real – o tempo e o espaço.

No final do século XX, ante todas mudanças que ocorreram na sociedade, Corrêa (1997) sistematizou a noção de *interações escalares*, isso para tratar de aspectos metodológicos e teóricos que permitem compreender as relações que se tecem entre as cidades, em perspectivas escalares diversas e complementares. O autor compreende as interações escalares como “[...] um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações sobre o espaço geográfico” (Corrêa, 1997, p. 279), o qual pode ser constituído de diferentes intensidades, frequência, distância e direção, isso a depender do propósito e dos meios pelos quais se realizam.

O supracitado autor argumenta que foi a Revolução Industrial que, no contexto do capitalismo, transformou as engrenagens que sustentam as interações escalares, mudanças essas que resultaram de intensas inovações tecnológicas e que possibilitaram novas relações entre as cidades, as quais se realizam de modo mais complexo e atingem maiores distâncias. Noutro ponto, destaca que o próprio ciclo de reprodução do capital – produção, circulação, distribuição e consumo – torna-se mais complexo, especialmente a espacialidade do processo, que é potencializada por poderosas corporações, as quais envolvem uma gama de produtos e serviços. E assim cada lugar, cada cidade, participa de forma diferente desse ciclo, o que enreda múltiplas e desiguais tramas de relações (Correa, 1997)

Um elemento central no debate sobre as interações espaciais, no contexto conterrâneo, reside em compreender a fluidez, isso para circulação dos elementos que articulam lugares, pessoas e empresas, tais como ideias, mensagens, produtos, dinheiro etc. Santos (2009, p. 274) defende que essa fluidez é “[...] baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade [...], ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado” e entende que objetos e lugares que são criados para favorecer esse processo, os quais imprimem valores às atividades e “circulam” como se fossem fluxos.

Então, é preciso perceber que a implantação do CIN em Feira de Santana, por um lado, reflete as novas estratégias locacionais indústrias em buscar terrenos amplos, relativamente mais baratos, evitar externalidades negativas, como focos de protestos, congestionamentos, etc. Isso também tem relação com interesses dos próprios agentes econômicos locais, tais como Estado, promotores imobiliários e proprietários fundiários, que se beneficiam com a conversão de áreas rurais em urbanas.

Por outro, revela a maior capacidade de conexão que algumas dessas empresas possuem, em tempos hodiernos, para articular o ciclo de reprodução do capital, no que tange tanto à aquisição de insumos, ao processamento da produção, a circulação e realização da mais-valia (Santos, 2019). Então, sediar-se em Feira de Santana, uma cidade média que faz parte do maior entroncamento rodoviário do Norte Nordeste, com os incentivos fiscais municipais e estaduais, torna-se um elemento atrativo, seja porque reúne um conjunto de características que favorece interações espaciais com outros lugares, nas escalas estadual e

nacional; seja porque o velho discurso da criação de emprego e renda torna a mobilidade de tais empresas algo cômodo, isso do ponto de vista da reprodução do capital.

Todos esses aspectos têm influências no modo como o espaço urbano de Feira de Santana passou a se estruturar nos últimos anos, algo diferente do que ocorreu na década de 1970. Contudo, revelam rupturas na economia e na política e denotam novas formas de pensar a sociedade, o espaço e a produção, o que evidencia implicações da reestruturação produtiva, considerada originária e reativa aos choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora da intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material (Soja, 1993).

A reestruturação produtiva redefiniu, especialmente, a lógica da produção industrial, o papel do Estado na política e na economia nacionais, a atuação do capital financeiro e as relações de trabalho (Harvey, 2004), um resultado/condicionante da emergência de uma nova fase no desenvolvimento do modo capitalista de produção, que erigiu-se com a crise no modelo fordista, desencadeada entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, e acarretou desestruturas econômicas, políticas e financeiras no mundo inteiro.

Tanto Harvey (2004) quanto Benko (1996), apesar de explicitarem que o atual modelo de acumulação não dissolveu completamente as estratégias fordistas das relações de produção, apontam mudanças que denotam a emergência dessa nova fase no capitalismo. Ele está centrado num modelo de acumulação que se reproduz com base em uma lógica contraditória, já que alia mecanismos de produção e reprodução flexíveis, a estratégias fordistas e, também, não-capitalistas (Santos 2013).

As especificidades da acumulação flexível podem ser observadas com base na análise dos mecanismos que estruturam as práticas socioespaciais reproduzidas no capitalismo atual, que não se reduzem à produção imediata, mas, igualmente, às demais etapas do ciclo de reprodução do capital: circulação, distribuição e consumo. Nesse sentido, Harvey (2004) destacou alguns pontos que demonstram esse cabedal de transformações no papel do Estado, nas relações de trabalho, na introdução de novas tecnologias, no capital financeiro, na lógica da atividade industrial e nos padrões de consumo global, que, por sua vez, redefiniram o próprio sistema

Portanto, ao tratar a atividade industrial em Feira de Santana, atualmente, em particular o CIN, é preciso compreender as mudanças na lógica de reprodução do capital, isso em relação ao que era prevalente no contexto de implantação do CIS, na década de 1970, cujas bases eram o regime de acumulação fordista.

Apesar de que, como argumentam Benko (1996), Santos (2013) e Harvey (2004), o Fordismo não ter sido superado, outros estrategemas predominam no contexto atual. As indústrias que estão instaladas em Feira de Santana aproveitam-se de novas vantagens locais, como incentivos fiscais e concessões gratuitas de terrenos; salários mais baixos em relação aos de outros centros industriais do país, com mão de obra tão qualificada quanto; alto investimento de tecnologia, com redução dos custos e do volume da mão de obra empregada; novas regras trabalhistas, que reduziram direitos e custos; facilidade de deslocamento para locais mais “atrativos”, do ponto de vista da reprodução do capital,

na medida em que não sejam dadas todas as concessões que necessitam pelo Estado para permanecer no local; dentre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que Feira de Santana possui importância econômica, em relação à atividade industrial na região, sobretudo face à instalação do CIS, na década de 1970. Todavia, com seu crescimento, foi necessário expandir esse setor para outras áreas da cidade, como a instalação do CIN. A chegada dessas indústrias ocorreu de modo sistemático, a partir da década de 2010, sem comunicação efetiva e oficializada pela gestão pública. Apenas foram iniciadas as construções de galpões, instalações de máquinas, paulatinamente se consolidando no local.

Em relação à motivação dos representantes das indústrias na escolha da área como a ideal para implantar a unidade produtiva, estes relataram a localização como o motivo principal, como facilitador do escoamento dos produtos. Outros aspectos foram os incentivos fiscais e as alterações nas normas de uso e ocupação do solo urbano, face as Leis Complementares 75/2013 e 86/2014.

A chegada da B.N Mascarenhas, Incompel e Avanço Distribuidora também atraiu novas indústrias, em processo de instalação. Percebe-se certa valorização do solo urbano no entorno das fábricas, algo que precisa ser estudado em maior detalhe. É importante compreender que, apesar do CIN possuir características e infraestrutura parecidas com CIS, o mesmo ainda não possui a importância econômica para o município, conforme expectativas geradas na década de 1970.

Novas interações espaciais permitem que essas empresas articulem a cidade de Feira de Santana a outros espaços na rede urbana, no contexto do ciclo de reprodução do capital. Ademais, a reestruturação produtiva provocou novas relações tempo-espaço e influencia na organização e funcionalidade das indústrias no contexto atual.

REFERÊNCIAS

Augusto, C. (2 agosto 2011). Debate sobre crescimento industrial de Feira de Santana passa por estudo de ventos elaborado pela professora Rosângela Santos. *Jornal Grande Bahia*. Manchete. Online. Recuperado de <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2011/08/debate-sobre-crescimento-industrial-de-feira-de-santana-passa-por-estudo-de-ventos-elaborado-pela-professora-rosangela-santos/>

Augusto, C. (23 julho 2013). Secretário da indústria e Comércio da Bahia sinaliza retomada do projeto CIS Norte. *Jornal Grande Bahia*. Manchete. Online. Recuperado de <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/07/secretario-da-industria-e-comercio-da-bahia-sinaliza-retomada-do-projeto-cis-norte>

Benko, G. (1996). *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC.

Cara, C.A. & França, F.M. (2009). Aspectos do Processo da Industrialização Brasileira. *Anais do Encontro de Produção Científica e Tecnologia*, Unioeste, Curitiba, PR, Brasil, 4. Recuperado de http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRANÇA.pdf

Carlos, A.F.A. (2000). *Espaço e indústria*. São Paulo, Contexto.

- Centro Industrial do Subaé cresce e define novas áreas, diz governo. (7 de março. 2012). *Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)*, Notícias. Recuperado de <http://www.fieb.org.br/Noticia/685/centro-industrial-do-subae-cresce-e-define-novas-areas-diz-governo-.aspx>
- Correa, R.L. (1997) Interações Espaciais. In I.E. Castro, P.C. Gomes, & R.L. Corrêa (Org.). *Explorações Geográficas* (pp. 279-319) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ferreira, M.C.P.J. (2003). *Distrito Industriais: opção de desenvolvimento*. São Luís: Ed. UNICAMP.
- Federação das Indústrias do Estado da Bahia (2020). *Guia Industrial do Estado da Bahia*. Salvador, FIEB, Recuperado de <http://www.fieb.org.br/guia/contato/guia>
- Freitas, N.B. (1998). *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização 1970-1996*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil.
- Harvey, D. (2004) *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawm, E (1998). *A era das revoluções 1789-1848* (11ª ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1969). *Feira de Santana, Bahia*. 2.ed. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Estimativas da população 2020*. Banco de dados. Recuperado de <http://www.sidra.ibge.gov.br>
- Kupfer, D., & Hasenclever, L. (2002). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Lessa, C. (2007). *Política industrial e industrialização*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Recuperado de <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lessa090507.pdf>
- Lei Complementar nº 75 de 20 de junho 2013*, fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2013/8/75/lei->
- Lei complementar Nº 86, agosto de 2014*. Dispõe sobre ordenamento do uso e ocupação do solo. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2014/8/86/lei-complementar-n-86-2014-altera-modifica-amplia-e-da-nova-redacao-a-lei-n-1615-92-que-institui-a-lei-do-ordenamento-do-uso-e-da-ocupacao-do-solo-na-area-urbana-do-municipio-de-feira-de-santana-e-revoga-a-lei-complementar-n-46-de-19-de-agosto-de-2010-que-dispoe-sobre-o-sistema-viario-das-areas-de-expansao-urbana-da-cidade-de-feira-de-santana>.
- Mendes, J.A. (2006). Industrialização e patrimônio industrial: Desenvolvimento e cultura. *Curso de Verão da Ericeira*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, Portugal, 8.
- Oliveira, L.E.G. (1976). Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. *Revista Brasileira de Geografia*, 38(34), 22-69.
- Oliveira, E.M. (2006) *A experiência mineira na implantação de distritos industriais de pequeno porte: o caso de Elói Mendes*. Trabalho de Conclusão de Curso em GeoHistória, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG, Brasil.
- Santos, J. (2013). *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. Salvador: Ed. UFBA.
- Santos, J. (2019). *(Re)pensar a rede de cidades na Bahia: urbanização e interações dos/nos espaços interurbanos*. Tese para Promoção na Careira para Professor Pleno de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, UFFS, Feira de Santana, BA, Brasil.
- Santos, M. (1997). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2009) *A natureza do espaço: técnica e o tempo: razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Ed. USP.
- Santos, T.M.S. (1999). *Territorialidade da Indústria de Alimentos Parmalat em Feira de Santana- Bahia*. Dissertação de Mestrado em Geociências, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil.
- Soja, E. (1993) *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sposito, M.E.B. (1999). *Capitalismo e urbanização*. 14 ed. São Paulo: Contexto

Suzigan, W. (2000). *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento* (93 ed.). São Paulo: HUCITEC.

Takami, S.T., & Mendse, A. (2011). Distritos industriais e políticas públicas em Piracicaba-SP: análise crítica das condições gerais de reprodução do capital. *Revista Geográfica de América Central*, 2(47E), 1-18. Recuperado de <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2508>.

Versiani, F., & Suzigan, W. (1990 agosto). O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. *Anais do Congresso Internacional de História Econômica*, Louvain, França, 10. Recuperado de <https://www.angelfire.com/id/SergioDaSilva/industrializacao.pdf>

Recebido em 10/mar./2021

Versão corrigida recebida em 10/nov./2021

Aceito em 25/nov./2021

Publicado online em 15/fev./2022